

Anexo I – Ret 2
Pregão Eletrônico 900032026
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para execução da ETAPA 01 DA OBRA DE REFORMA DO ARMAZÉM DO CAMPO – ARACAJU/SE, com construção/demolição de alvenarias, calçamento, pavimentação, instalações elétricas e hidrossanitárias, drenagem das águas pluviais, revestimentos, pisos e pintura.

Cada serviço está previsto nos projetos e nas especificações técnicas integrantes deste edital, devendo ser executado e entregue totalmente concluído, em estrita conformidade com o detalhamento técnico estabelecido, contemplando plenamente as condições de funcionamento e de acabamento, em observância aos procedimentos construtivos e às Normas Brasileiras (NBRs) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

1. DADOS GERAIS

O presente Termo de Referência tem como objetivo descrever a execução da ETAPA 01 DA OBRA DE REFORMA DO ARMAZÉM DO CAMPO – ARACAJU/SE.

INFRAESTRUTURA ARMAZÉM DO CAMPO: reforma da superestrutura, instalações e pavimentação.

PROPRIETÁRIO: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

ÁREA TOTAL A SER REFORMADA/CONSTRUÍDA: 931,00 m²

LOCALIZAÇÃO: município de Aracaju, na rua Laranjeiras, nº 448, Bairro Centro

2. JUSTIFICATIVA

A presente iniciativa visa consolidar a Reforma Agrária Popular e o Turismo de Base Comunitária em Sergipe por meio da revitalização de patrimônios arquitetônicos estratégicos, integrando o campo e a cidade em uma rede de economia solidária, cultura e turismo sustentável. A proposta será articulada através da implementação do Armazém do Campo, em Aracaju, com a restauração do casarão histórico na rua Laranjeiras, que estabelecerá um centro de referência para a comercialização direta da agricultura familiar e agroecológica. O espaço funcionará como um polo de gastronomia, educação popular e articulação social, conferindo visibilidade à identidade camponesa e promovendo o consumo responsável no coração da capital.

A intervenção visa garantir a modernização técnica e a segurança de um imóvel hoje degradado, transformando-o em um equipamento público multifuncional. Ao unir o suporte à comercialização urbana da produção do meio rural, o projeto fortalece a soberania alimentar, a preservação do patrimônio histórico sergipano e a sustentabilidade econômica das famílias assentadas.

3. CARACTERÍSTICA DO EMPREENDIMENTO

A execução da ETAPA 01 DA OBRA DE REFORMA DO ARMAZÉM DO CAMPO, em Aracaju-SE, engloba demolição e construção de alvenarias; análise e recuperação da superestrutura; recuperação/troca do calçamento, dos revestimentos, da cobertura e impermeabilização; e execução das instalações elétricas, hidrossanitárias e sistema de drenagem.

4. VALOR

O valor total estimado pelos trabalhos técnicos e serviços constantes no presente Edital, é de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais e zero centavos) conforme planilha orçamentária.

Não estão inclusos nestes preços todos os impostos, taxas de aprovação nos órgãos técnicos e concessionárias, sendo de responsabilidade do contratado arcar com tais custos.

5. PRAZOS DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO

O Prazo de Execução da Obra será de 04 (quatro) meses a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço pela contratada.

Pagamento será de acordo com a medição aprovada que será apresentada por período referente ao Cronograma Físico-Financeiro a ser apresentado.

Embora a contratação da obra seja por preço global, informamos aos licitantes que os procedimentos referentes às medições levarão em conta somente as quantidades efetivamente executadas na obra e seus respectivos preços unitários, de acordo com a IN nº 40/2020, IN nº 05/2017 e acórdão 2012/2009 do TCU.

Para realizar as medições a contratada deverá entregar para análise e aprovação da fiscalização (setor de engenharia do Projeto Nas Trilhas da Reforma Agrária Popular: Turismo e Desenvolvimento Sustentável) a memória de cálculo e o relatório fotográfico dos serviços executados. Emitir a fatura após aprovação da respectiva medição e protocolar com o mesmo, juntamente com o Boletim, Memória de Cálculo e Relatório Fotográfico, aprovados e as demais documentações de medição referidas no contrato.

Junto com a primeira fatura de medição deverá ser entregue a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) dos serviços, devidamente registrada no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia).

6. ESCOPO DOS SERVIÇOS

A obra de reforma do Armazém do Campo contemplará:

SERVIÇOS

- 01. Administração da obra
- 02. Obras civis
 - 02.01 Serviços gerais do empreendimento
 - 02.02 Serviços preliminares
 - 02.03 Fundação
 - 02.04 Super estrutura
 - 02.05 Forro e cobertura
 - 02.06 Instalações elétricas
 - 02.07 Instalações hidrossanitárias e drenagem
 - 02.08 Esquadria
 - 02.09 Revestimento
 - 02.10 Louças, metais e bancadas
 - 02.11 Pavimentação
 - 02.12 Calçamento
 - 02.13 Pintura
 - 02.14 Diversos
 - 02.15 Frete

FORNECIMENTOS/EQUIPAMENTOS

- 01. Equipamentos e ferramentas
- 02. Conjunto motobomba

7. PROJETOS

Fornecidos pela CONTRATANTE para execução da obra, Projeto Arquitetônico de construção, Projeto de Reforma, Detalhamento, Memorial Descritivo e Planilhas Orçamentárias, conforme quadro abaixo.

PROJETOS	
ARQUITETURA	
•	ARQUITETÔNICO_ARMAZEM ET1_TRILHAS REFORMA AGRÁRIA
•	REFORMA_ARMAZEM ET1_TRILHAS REFORMA AGRÁRIA
•	DETALHAMENTO_ARMAZEM ET1_TRILHAS REFORMA AGRÁRIA

8. PRÉ-REQUISITOS DA CONTRATADA

Considerar as dimensões ambiental e econômica da sustentabilidade nas especificações dos materiais, privilegiando àqueles mais duráveis, renováveis, reciclados, e que necessitam de baixa manutenção preventiva periódica, além de priorizar as empresas locais para fornecimento de insumos.

O bom gerenciamento e gestão da obra favorece ainda a redução de desperdícios e retrabalhos. Além disso, para a redução dos impactos ambientais, deve ser elaborado pela contratada o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) conforme estabelecido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Resolução nº 307 do CONAMA.

Considerar a dimensão social da sustentabilidade ao capacitar e contratar, pelo período da obra, residentes do referido assentamento para as funções operacionais de Pedreiro, Serviços Gerais e/ou Auxiliar de Obras.

9. PERFIL DESEJADO – CRITÉRIOS PARA HABILITAÇÃO TÉCNICA

Documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, conforme disposto no Art. 67 da Lei 14.133. A empresa de construção civil concorrente deverá possuir e comprovar:

- Apresentação de profissional, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de seu Estado, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;
- Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de seu Estado, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;
- Indicação do pessoal técnico, das instalações e dos aparelhamentos adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de seu Estado;
- O licitante deverá atestar que conhece o local e as condições de realização dos serviços, através da realização de vistoria prévia, conforme modelo do Anexo I.
- Experiência mínima de 04 (quatro) anos com no mínimo 02 (duas) obras de construção civil ou projetos cadastrados com ART em territórios de comunidades tradicionais ou regiões de assentamentos agrários em Sergipe nos últimos 18 (dezoito) meses;
- Experiência de construção em regiões de clima semiárido ou agreste;
- Uso de mão de obra local em 03 (três) projetos de construção civil;
- Reforma em prédio com mais de 30 (trinta) anos de construído mantendo características da época;

- j) Fornecimento de pelo menos 01 (um) projeto padrão popular em territórios de comunidades tradicionais (quilombolas ou povos originários) ou regiões de assentamentos agrários em Sergipe nos últimos 06 (seis) meses;

Esses critérios visam assegurar que a empresa possua a expertise necessária para atuar em contextos específicos, promovendo a garantia de execução do contrato, desenvolvimento sustentável e a valorização da comunidade local.

10. VISITA TÉCNICA

A visita técnica à área objeto do presente edital, opcional, será realizada somente por profissional habilitado, em hora e dia marcado pela equipe técnica do Projeto Nas Trilhas da Reforma Agrária Popular: Turismo e Desenvolvimento Sustentável.

A equipe responsável pelo projeto, emitirá um atestado de presença para as empresas licitantes que comparecerem à visita técnica.

As empresas que participarem da licitação e não apresentarem, no momento da habilitação, o atestado de visita técnica ou a declaração de conhecimento prévio da área onde o empreendimento será implantado (Anexo I) serão desclassificadas.

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

11. DIVERGÊNCIAS

No caso de eventuais divergências entre elementos de projeto, devem ser obedecidos os seguintes critérios:

- a) Divergência entre as cotas assinaladas e as suas dimensões medidas em escala, prevalecem as primeiras;
- b) Na divergência entre PLANTAS, ORÇAMENTO E ESPECIFICAÇÕES, prevalecerá o entendimento entre as ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS presentes neste edital;
- c) Acréscimos ou reduções de serviços só ocorrerão após prévio estudo técnico-financeiro realizado pela equipe técnica do Projeto Nas Trilhas da Reforma Agrária Popular: Turismo e Desenvolvimento Sustentável; e
- d) Projetos complementares faltantes obedecerão aos requisitos constantes nas Especificações e Projetos fornecidos no Edital, e seus materiais serão também fornecidos por empresas que tenham sistema de garantia da qualidade certificado tipo série NBR/ISO-9000. Esses Projetos deverão atender as prescrições normativas da ABNT e deverão inicialmente serem aprovados pela equipe técnica do Projeto Nas Trilhas da Reforma Agrária Popular: Turismo e Desenvolvimento Sustentável.

Quaisquer dúvidas serão dirimidas pela equipe técnica do Projeto Nas Trilhas da Reforma Agrária Popular: Turismo e Desenvolvimento Sustentável.

12. CRONOGRAMA

Cada licitante deverá apresentar obrigatoriamente o cronograma físico financeiro da obra, com os prazos de cada sub etapa dos serviços.

No ato da assinatura da Ordem de Serviço a empresa deverá entregar detalhado o planejamento executivo da obra, onde deverá ser aprovado pela equipe técnica do Projeto Nas Trilhas da Reforma Agrária Popular: Turismo e Desenvolvimento Sustentável.

13. MATERIAIS

A preferência da Fiscalização será por materiais de Empresas reconhecidamente conceituadas, que possuam sistema de garantia da qualidade certificado, tipo ISO 9000.

O uso de materiais não certificados facultará a equipe de fiscalização exigência de inspeções técnicas, até laboratoriais, necessárias à garantia da qualidade.

As Especificações Técnicas objetivam fixar as condições para execução, fornecimento e instalação dos serviços. Foram seguidas as normas da ABNT e as NBR's inerentes a cada serviço aplicado.

As marcas de materiais e equipamentos especificados são meramente referenciais de qualidade mínima, podendo a empresa contratada propor outra marca, desde que previamente aprovada, considerando os aspectos de equivalência de qualidade e desempenho técnico.

14. MÃO DE OBRA

Sobre a mão de obra operária:

- a) A mão de obra operária deverá ser treinada dentro dos procedimentos de execução aprovados. Não se aceitará serviços que não atendam aos itens de controle. Demonstrar claramente na planilha orçamentária todos os encargos complementares, como vale transporte (Lei 7418/85), vale refeição, Equipamento de Proteção Individual-EPI (Art.166 da CLT e NR-6);
- b) Em complemento às exigências gerais de qualificação da mão de obra, a Contratada obriga-se a contratar um percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) de mão de obra originada de territórios de comunidades tradicionais ou regiões de assentamentos agrários para as funções operacionais de Pedreiro, Serviços Gerais e/ou Auxiliar de Obras;
- c) A mão de obra local contratada para as funções especificadas no item "b" deverá, obrigatoriamente, passar por treinamento e capacitação específicos para as atividades a serem desempenhadas;
- d) A mão de obra operária local contratada deverá ser treinada dentro dos procedimentos de execução aprovados pela fiscalização da Contratante. Não se aceitará a execução de serviços por trabalhadores que não atendam aos itens de controle de qualidade e segurança estabelecidos, ou que não tenham recebido o treinamento específico quando exigido; e
- e) A Contratada deverá demonstrar claramente em sua Planilha de Custos e Formação de Preços (PCFP) ou documento orçamentário equivalente, todos os custos associados ao cumprimento desta exigência, incluindo os custos de elaboração de material didático, horas de instrução, emissão de certificados, bem como os encargos complementares padrão, tais como Vale Transporte (conforme Lei nº 7.418/85), Vale Refeição/Alimentação, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados (conforme Art. 166 da CLT e NR-6), e demais benefícios aplicáveis à totalidade da mão de obra alocada no projeto.

15. GERENCIAMENTO E DA EMPRESA

A equipe técnica do Projeto Nas Trilhas da Reforma Agrária Popular: Turismo e Desenvolvimento Sustentável, se reserva ao direito de exigir prática de uma Filosofia de gestão pela qualidade, onde o produto a ser entregue tenha a confiabilidade requerida para um bom desenvolvimento quando em uso.

Como condição para início da obra, a contratada será convocada para uma reunião com a equipe técnica que será responsável pela fiscalização da obra e gestão do contrato. Nessa reunião serão discutidos aspectos fundamentais da execução da obra.

Na referida reunião, a licitante designará um preposto que será responsável pela interlocução entre a licitante e o fiscal do contrato, este último designado pela equipe técnica do Projeto Nas Trilhas da Reforma Agrária Popular: Turismo e Desenvolvimento Sustentável.

A má gestão, o não cumprimento das exigências referentes ao uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), conforme estabelecido na Lei 6.514/77, e a inadequação das estruturas organizacionais e das instalações provisórias da obra (incluindo refeitórios, escritórios, almoxarifados, banheiros, vestiários e alojamentos) não serão aceitas. Portanto, sempre que necessário, notificações serão encaminhadas ao responsável técnico da obra, solicitando as devidas adequações. O não atendimento a essas solicitações poderá resultar na anulação do contrato.

É de responsabilidade da contratada:

- a) Realizar os trabalhos dentro das normas e das boas práticas preconizadas pela engenharia e pelas entidades competentes;
- b) Elaboração da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no início das atividades, devidamente registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), em nome do profissional de nível superior legalmente habilitado;
- c) Iniciar, cada etapa da obra, mediante uma pré-autorização da fiscalização da equipe técnica do Projeto Nas Trilhas da Reforma Agrária Popular: Turismo e Desenvolvimento Sustentável;
- d) Executar os serviços de acordo com a sua descrição, salvo intervenientes, que deveram ser comunicados e autorizados pela fiscalização;
- e) A elaboração, o desenvolvimento e a submissão à prévia aprovação da Fiscalização de quaisquer projetos executivos, complementares, de detalhamento ou de adequação que se façam necessários à perfeita execução e conclusão do mesmo, ainda que não expressamente apresentados ou orçados nos anexos do Edital. Todos os custos inerentes a estas atividades — abrangendo levantamentos topográficos, sondagens, ensaios, plotagens e o recolhimento das respectivas ARTs ou RRTs — deverão estar embutidos nos custos indiretos (BDI) ou na planilha orçamentária da licitante, não cabendo, sob nenhuma hipótese qualquer cobrança adicional, ressaltando-se, ainda, que a anuência da Fiscalização não exime a contratada da plena responsabilidade técnica, civil e penal pelas soluções adotadas.
- f) Implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) conforme estabelecido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Resolução nº 307 do Conama.

16. ENGENHEIRO RESPONSÁVEL

Os responsáveis técnicos superiores, bem como encarregados e terceiros, deverão também estar fortemente imbuídos da filosofia de gestão pela qualidade e produtividade no tocante a todo empreendimento.

A empresa contratada deverá ter um Engenheiro Civil presente no decorrer da obra.

O(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) apresentado(s) que comprove(m) a capacidade Técnica para execução dos serviços objeto deste edital, deverá(ão) participar, necessariamente, da execução dos serviços.

O(s) Responsável(eis) Técnico(s), profissional(is) de nível superior legalmente habilitado(s), deve apresentar a(s) ART(s) de execução sob sua responsabilidade, devidamente registrada(s) no CREA.

A substituição do responsável técnico durante a execução do contrato só será possível, por profissional, no mínimo, igualmente qualificado, mediante a expressa aprovação da equipe técnica do Projeto Nas Trilhas da Reforma Agrária Popular: Turismo e Desenvolvimento Sustentável. O prazo máximo admitido para esta substituição será de 05 (cinco) dias úteis.

A **FAPese** exigirá que o engenheiro responsável pela obra da firma vencedora desta licitação assine **todos os meses** o “DIÁRIO DE OBRA” com registro de todas as ocorrências, mantendo contato diário com a Fiscalização da mesma.

17. EQUIPE FISCALIZADORA

O Projeto Nas Trilhas da Reforma Agrária Popular: Turismo e Desenvolvimento Sustentável, terá uma equipe de fiscalização e acompanhamento da qualidade indicada pela coordenação do projeto. A equipe de fiscalização fará o monitoramento de controle da qualidade dos serviços através de elementos do edital e dos procedimentos, itens de verificação e controle, que deverão ser executados pela construtora antes de iniciar cada serviço. A empresa facilitará a sistematização do controle de qualidade.

18. HIGIENE E SEGURANÇA

A empresa adotará todas as medidas relativas às normas de higiene e segurança no trabalho de acordo com legislação específica e normas complementares do Ministério do Trabalho em especial a NR-18. A empresa assumirá, inteira e unicamente, toda a responsabilidade civil e criminal por qualquer acidente nos trabalhos, bem como as ações trabalhistas e fiscais.

19. INTERFACES COM VIZINHANÇAS

Qualquer atividade que possa causar perturbações consideráveis às rotinas do entorno deve ser devidamente planejada com antecedência, em conformidade com a fiscalização, a fim de garantir o bom andamento e a harmonia das atividades.

20. SEGURANÇA PATRIMONIAL E PESSOAS

A empresa é a única responsável pela segurança do seu canteiro no tocante a materiais, equipamentos e pessoas.

A mão de obra requerida adentrará somente os canteiros dos serviços. Para acesso dos funcionários, a Contratada deverá previamente encaminhar uma listagem nominal dos funcionários à Fiscalização e os mesmos deverão portar obrigatoriamente crachá de identificação quando de sua permanência no Assentamento Vitória do São Francisco.

21. RETRABALHOS

A empresa procederá à execução dos retrabalhos solicitados pela Fiscalização quando não atenderem aos requisitos de qualidade.

Não se procederá a um novo faturamento daquele subsistema retrabalhado antes da sua execução e aceitação.

22. DESEMPENHO EM USO

A empresa disponibilizará mínimo efetivo, quando necessário, para a facilitação de um bom desempenho a partir do uso, durante a fase do Recebimento Provisório.

23. DIÁRIO DA OBRA E PROJETOS “AS BUILT”

A empresa fornecerá um livro (“DIÁRIO DE OBRA”) onde estará rastreada a qualidade dos serviços com Estruturas, Testes nas Instalações, Estanqueidade de Esquadrias, Telhados, Áreas Descobertas, e todas as anotações diárias dos serviços executados.

O “DIÁRIO DE OBRA” deverá ficar obrigatoriamente na obra, para que a fiscalização possa ter acesso fácil e fazer anotações e observações que sejam necessárias.

Antes do Recebimento Provisório a Empresa deverá entregar 01 jogo completo de cópias de todos os Projetos atualizados “AS BUILT” e os seus respectivos originais em “Pen Drive”, “Compact Disc” (CD) e enviar para o e-mail oficial do Projeto Nas Trilhas da Reforma Agrária Popular: Turismo e Desenvolvimento Sustentável.

Os projetos “AS BUILT” deverão ser elaborados em BIM (Building Information Model), no software REVIT (Autodesk) ou compatível.

24. REGISTROS LEGAIS

Todas as documentações e taxas exigidas de aprovação do projeto para a obra do objeto do edital são de responsabilidade da FAPese. Informa-se que o início efetivo da obra dar-se-á somente com a aquisição das documentações exigidas.

A empresa vencedora deverá inscrever a obra no INSS e enviar cópia autenticada da inscrição para a Fiscalização.

As guias mensais de recolhimento do INSS deverão ser específicas à obra e deverá constar o nº de inscrição bem como o nome da obra em apreço.

A empresa vencedora apresentará no início dos serviços, a(s) ART(s) de execução, devidamente registrada(s) no CREA em nome do Responsável(eis) Técnico(s) da empresa, profissional(is) de nível superior legalmente habilitado(s).

O pagamento da primeira fatura também estará vinculado à apresentação dessa(s) ART(s).

A última fatura só será liberada após apresentação da Certidão Negativa do INSS relativa à obra apreciada, e do Recebimento Provisório da Obra pela FAPese.

Os demais procedimentos legais deverão ser obedecidos pela empresa vencedora e sob sua única responsabilidade.

25. QUALIDADE DA CONSTRUÇÃO E CONFORMIDADE COM NORMAS TÉCNICAS (NBR)

A execução da obra objeto deste Termo de Referência deverá obedecer rigorosamente aos mais altos padrões de qualidade, segurança, desempenho e durabilidade, em total conformidade com as Normas Técnicas Brasileiras (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) vigentes na data de assinatura do contrato, legislações federais, estaduais e municipais pertinentes, as especificações detalhadas no Projeto Executivo e as melhores práticas da engenharia civil. A Contratada será integralmente responsável pela qualidade dos materiais empregados, dos serviços executados e do produto final entregue.

O atendimento às normas técnicas é condição indispensável e obrigatória, visando garantir não apenas a conformidade legal, mas principalmente a segurança estrutural, a salubridade, o conforto ambiental (térmico, acústico, lumínico) e a funcionalidade das edificações e infraestruturas para os futuros usuários do assentamento.

Sem prejuízo da obrigatoriedade de atendimento a todas as demais normas técnicas aplicáveis ao objeto contratado, destacam-se as seguintes NBRs como referências mínimas de qualidade e execução, devendo ser sempre consultadas em suas versões mais recentes:

- a) ABNT NBR 15575:2021 - Edificações Habitacionais – Desempenho: norma que estabelece níveis mínimos obrigatórios de desempenho para edificações habitacionais, abrangendo requisitos estruturais, de segurança contra incêndio, estanqueidade, desempenho térmico, acústico, lumínico, durabilidade, manutenibilidade, saúde, higiene, qualidade do ar e funcionalidade. Sua aplicação é compulsória para projetos protocolados após sua vigência;
- a) ABNT NBR 6118:2014 - Projeto de estruturas de concreto – Procedimento: define os requisitos básicos e procedimentos para o projeto de estruturas de concreto simples, armado e protendido, excluindo aquelas que empregam concreto leve, pesado ou outros especiais. Essencial para garantir a segurança e estabilidade das estruturas;
- b) ABNT NBR 6122:2022 - Projeto e execução de fundações: estabelece os requisitos a serem observados no projeto e execução de fundações de todos os tipos de estruturas. Aborda desde as investigações geotécnicas até os procedimentos executivos e de controle. Fundamental para a segurança da edificação contra recalques e instabilidades;

- c) ABNT NBR 5410:2004 - Instalações elétricas de baixa tensão: fixa as condições a que devem satisfazer as instalações elétricas de baixa tensão, a fim de garantir a segurança de pessoas e animais, o funcionamento adequado da instalação e a conservação dos bens;
- d) ABNT NBR 5626:2020 - Sistemas prediais de água fria e água quente — Projeto, execução, operação e manutenção: estabelece exigências e recomendações relativas ao projeto, execução, operação e manutenção de sistemas prediais de água fria e água quente. Visa garantir o fornecimento de água de forma contínua, em quantidade e pressão adequadas, preservando sua qualidade;
- e) ABNT NBR 8160:1999 - Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução: fixa as exigências e recomendações relativas ao projeto, execução, ensaio e manutenção dos sistemas prediais de esgoto sanitário, para atenderem aos requisitos mínimos de higiene, segurança e conforto dos usuários;
- f) ABNT NBR 16868:2020 - Alvenaria estrutural: conjunto de normas que estabelece os requisitos para projeto, execução, controle e ensaios de obras em alvenaria estrutural com blocos de concreto ou cerâmicos. Fundamental se este sistema construtivo for utilizado;
- g) ABNT NBR 9575:2010 - Impermeabilização – Seleção e projeto: estabelece as exigências e recomendações relativas à seleção e projeto de impermeabilização, para que sejam atendidos os requisitos mínimos de proteção da construção contra a passagem de fluidos, bem como os requisitos de salubridade, segurança e conforto do usuário. Deve ser usada em conjunto com a NBR 9574 (Execução);
- h) ABNT NBR 13752:1996 - Perícias de engenharia na construção civil: embora trate de perícias, define conceitos e procedimentos importantes relativos a vícios e qualidade da construção, servindo como referência para boas práticas e para evitar litígios; e
- i) ABNT NBR 16944:2021 - Pavimento intertravado com peças de concreto — Requisitos e procedimentos: estabelece os requisitos e procedimentos para o projeto, especificação de materiais, execução e controle de qualidade de pavimentos com peças de concreto intertravadas (ex: bloquetes, pavers). Abrange desde a preparação da base e sub-base até o assentamento das peças, rejuntamento e acabamento. Fundamental para garantir a durabilidade, o desempenho estrutural e a regularidade superficial de vias, calçadas e pátios no assentamento.

É obrigação da Contratada deve verificar sempre a versão mais atualizada no catálogo ABNT.

Caberá à Contratada implementar um sistema de controle de qualidade eficaz, que inclua, no mínimo:

- a) Controle tecnológico dos materiais (concreto, aço, blocos, etc.), com apresentação de laudos e certificados;
- a) Verificação e acompanhamento dos procedimentos executivos em todas as etapas da obra;
- b) Manutenção de registros atualizados (Diário de Obra, relatórios de ensaio, "as built", etc.); e
- c) Disponibilização de toda a documentação técnica e de controle para a Fiscalização a qualquer tempo.

A Fiscalização da Contratante reserva-se o direito de realizar auditorias, inspeções e ensaios independentes para verificar a conformidade da obra com as normas e especificações contratuais. O não atendimento às normas técnicas implicará na não aceitação dos serviços e na obrigação da Contratada refazê-los às suas expensas, sem prejuízo das sanções contratuais cabíveis.

26. OBRIGATORIEDADE DO USO DE MATERIAIS SUSTENTÁVEIS, EQUIPAMENTOS EFICIENTES E PRODUTOS CERTIFICADOS

Com o objetivo de assegurar a sustentabilidade ambiental, a eficiência energética e a conformidade com as melhores práticas técnicas e normativas vigentes, será obrigatório o uso de materiais sustentáveis, aparelhagens eficientes e produtos certificados em todas as etapas da execução da obra. Todos os materiais e equipamentos empregados deverão possuir certificações válidas e reconhecidas por órgãos e entidades acreditadoras, tais como o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), a *International Organization for Standardization* (ISO), *Forest Stewardship Council* (FSC) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

No que concerne aos projetos abaixo deverão ser utilizados prioritariamente, quando necessário, os materiais com seguintes características:

- a) Projeto elétrico: cabos elétricos com certificação compulsória do INMETRO, com revestimentos livres de halogênios; luminárias e refletores equipados com lâmpadas LED de alta eficiência energética, devidamente certificados com selo Procel A; quadros de distribuição fabricados com materiais reciclados certificados; interruptores e tomadas deverão apresentar alta durabilidade e selo de conformidade do INMETRO.
- a) Projeto hidráulico: tubos e conexões fabricados com PVC reciclado e devidamente certificados, além de torneiras e chuveiros equipados com aeradores e restritores de vazão, todos portadores de certificações INMETRO.
- b) Sistema de esgotamento sanitário: é exigido o uso de tubos e conexões produzidos com materiais recicláveis, certificados pelo INMETRO.
- c) Projeto de calçamento e pavimentação: blocos intertravados fabricados com agregados reciclados, conforme a norma ABNT NBR 9781, certificados pelo INMETRO, bem como a aplicação de concreto permeável com aditivos certificados ISO 9001 e cimento com certificação ambiental reconhecida (Selo Verde).
- d) Alvenaria estrutural e de vedação: blocos cerâmicos produzidos por olarias que demonstrem práticas sustentáveis certificadas conforme ISO 14001.
- e) Revestimentos e acabamentos: uso de tintas à base de água, de baixa emissão de compostos orgânicos voláteis (COV), certificadas pelo INMETRO e em conformidade com normas ISO 14024, além de pisos vinílicos recicláveis certificados ISO 14001 e revestimentos cerâmicos que possuam selo ANFACER + Verde. A utilização de madeira restringir-se-á a produtos legalizados e portadores de certificação de manejo florestal sustentável expedida pelo Forest Stewardship Council (FSC).
- f) Fundações e estruturas: o concreto deverá conter comprovação de rastreabilidade de emissão reduzida de carbono. O aço empregado na estrutura deverá ser certificado por entidades que atestem práticas de produção responsável, de acordo com a norma ISO 14001 e os critérios estabelecidos para obtenção do Selo Verde de Produção.

A comprovação da regularidade dos materiais e equipamentos será realizada mediante apresentação obrigatória dos certificados atualizados, laudos técnicos de desempenho, etiquetas oficiais e demais documentos comprobatórios, no momento da entrega dos materiais, inspeção ou medição dos serviços, posteriormente repassados à equipe de fiscalização da obra (equipe técnica do Projeto Nas Trilhas da Reforma Agrária Popular: Turismo e Desenvolvimento Sustentável). A ausência da devida certificação ou a utilização de produtos sem comprovação documental acarretará a rejeição do item correspondente, podendo ensejar, inclusive, a necessidade de substituição dos materiais às expensas exclusivas da contratada, sem ônus para a contratante.

27. ATENDIMENTO ÀS NORMAS DO DRT

Todas as exigências legais também no que diz respeito à higiene e segurança deverão ser rigorosamente cumpridas pela empresa vencedora.

A NR-18 será obedecida, cabendo a empresa vencedora elaborar o Projeto do canteiro observando-se os requisitos dessa citada norma.

Será de responsabilidade da empresa vencedora, a confecção e aprovação dos PCMAT – Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria de Construção, do PCMSO -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, e da “avaliação de áreas de riscos”, através de profissionais devidamente habilitados.

A obra deverá possuir profissionais habilitados em Segurança do Trabalho conforme requisitos da NR-18. Em trabalhos suspensos ou em pavimentos será obrigatório o uso do cinto de segurança.

28. RISCOS E CUSTOS TRABALHISTAS, FISCAIS, PREVIDENCIÁRIOS, DE HIGIENE E SEGURANÇA

Serão unicamente de responsabilidade da empresa vencedora os riscos e custos trabalhistas, fiscais, previdenciários, de higiene e segurança.

A Contratada está plenamente ciente desses riscos e os assume na sua plenitude, quando declara que aceita todas as condições estipuladas em Edital. Projetos e Especificações também fazem parte dos riscos e custos.

29. LIGAÇÕES PROVISÓRIAS DE ÁGUA, TELEFONE e ENERGIA (INCLUSO ILUMINAÇÃO)

Será de responsabilidade da empresa vencedora efetuar as ligações provisórias de água, luz, energia, telefone e esgotos, para uso durante as construções. Evidentemente, todos os materiais e mão de obra necessárias serão as expensas da empresa contratada.

No Projeto de Canteiro, a empresa deverá constar previsão das cargas para eventuais equipamentos como: Betoneiras; Vibradores; Serras; Máquinas de Cortar Ferros e demais equipamentos necessários à execução de todos os serviços. Antes do início dos trabalhos, a Empresa vencedora deverá apresentar o Projeto do Canteiro de Obras à Fiscalização para aprovação.

30. INTERFACES E LIMPEZA DO CANTEIRO

Os trabalhos decorridos nos canteiros não deverão interferir nas atividades cotidianas da comunidade (Assentamento Jacaré-Curituba). Qualquer atividade que venha a perturbar sobremaneira o desempenho da Instituição deverá ser programada em tempo hábil em acordo com a Fiscalização.

Poeiras e sons prejudiciais ao desenvolvimento normal dos trabalhos serão minimizados a índices aceitáveis.

Durante o desenvolvimento dos serviços, toda a área do canteiro bem como vizinhanças influenciadas pelas construções, serão permanentemente mantidas limpas, sujeita a notificações e penalidades. Após a conclusão, todas as áreas danificadas serão recuperadas.

A empresa contratada seguirá o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil –PGRCC, conforme CONAMA nº307-05/07/2012, elaborado e entregue pela fiscalização da obra (equipe técnica do Projeto Nas Trilhas da Reforma Agrária Popular: Turismo e Desenvolvimento Sustentável).